ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

ESCREVA SEU NOME COMPLETO AQUI: _____

CONFIRA SE O CARGO PARA O QUAL VOCÊ SE INSCREVEU É O CONSTANTE ABAIXO:

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Orientações

- Este Caderno contém 40 (vinte) questões, compostas por 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta para cada questão. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.
- Você receberá o Cartão-Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta **azul ou preta**, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.
- Após o preenchimento do Cartão-Resposta, o candidato deverá assinar o mesmo, sob a pena de invalidez do documento.
- Durante a realização das provas é vedado:

a) Consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
b) A comunicação entre candidatos;
c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
d) A ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulo e/ou etiquetas;
e) Entregar o cartão-resposta antes de decorridos 45 minutos do seu início;
f) O uso de relógio, de qualquer tipo de aparelho telefônico, quaisquer equipamentos elétricos ou eletrônicos, bonés, chapéu ou porte de qualquer tipo de arma.

- **A saída da sala de prova, com a entrega de Cartão-Resposta, somente será permitida depois de transcorridos 45 minutos do início da mesma.**
- Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão-Resposta, entregue-os ao fiscal de sala ou responsável pela empresa executora. A não entrega do acima especificado, implicará na eliminação do candidato do certame.
- O tempo de duração total da prova é de 02 horas, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

COMPOSIÇÃO DA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA	**05 questões**
MATEMÁTICA	**05 questões**
CONHECIMENTOS GERAIS	**10 questões**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO	**20 questões**
TOTAL	**40 questões**

ATENÇÃO:OS 03 ÚLTIMOS CANDIDATOS, AO TERMINAREM A APROVA, DEVERÃO PERMANECER JUNTOS EM SALA PARA, COM OS FISCAIS, ASSINAR O LACRAMENTO DO ENVELOPE QUE GUARDARÁ OS CARTÕES-RESPOSTAS E POSTERIORMENTE ASSINAREM A ATA DE SALA.

Execução: Fênix Instituto Ltda.

PORTUGUÊS

Até uma corrida lenta pode gerar benefícios para o cérebro, diz estudo

Apenas 10 minutos de atividade leve já são suficientes para melhorar o humor e cognição.

Além de gerar benefícios para a saúde física, estudos já mostraram que correr também é positivo para a saúde mental, melhorando aspectos como o humor e a cognição. O que ainda não estava claro para a ciência, porém, era quão rápido a corrida deveria ser para que essas mudanças mentais pudessem ser percebidas.

Um novo estudo, publicado no periódico científico Imaging Neuroscience, se propôs a encontrar uma resposta. O resultado foi promissor para os sedentários de plantão: até mesmo uma breve sessão de corrida muito lenta é capaz de melhorar o humor e as funções executivas do cérebro.

Para isso, pesquisadores da Universidade de Tsukuba, no Japão, acompanharam 24 participantes adultos e saudáveis, submetidos a uma sessão de 10 minutos de corrida lenta na esteira. Eles estavam correndo de 3 a 6 quilômetros por hora, apenas. Enquanto isso, eram monitorados pelos pesquisadores, que coletavam informações como os batimentos cardíacos, que variavam de 104 a 107 batimentos por minuto. Os dados obtidos foram, então, comparados com informações coletadas em uma sessão de 10 minutos de repouso, feita pelos mesmos participantes.

As diferenças vieram logo nos depoimentos, em que os participantes afirmaram estar mais bem-humorados, alertas e com maior sensação de prazer após a corrida.

Isso se confirmou com a análise dos dados. Os pesquisadores perceberam que essa leve corrida já foi suficiente para gerar melhorias significativas no humor.

Após a corrida, os participantes também tiveram melhor desempenho nos testes de Stroop, que medem a atenção, o autocontrole e outros elementos da função executiva do cérebro.

Enquanto os participantes faziam esse e outros testes cognitivos, utilizaram fones de ouvido capazes de medir alterações de hemoglobina no cérebro, indicando áreas ativadas durante a realização das tarefas. Após a corrida, o aparelho identificou uma maior ativação em áreas do córtex pré-frontal esquerdo, região do cérebro importante para o humor e a cognição.

O estudo ainda exige novas análises para entender os mecanismos por trás dessas mudanças e os resultados a longo prazo. Uma das hipóteses é que, talvez, esses benefícios estejam ligados ao próprio movimento da cabeça durante a corrida, que segundo estudos anteriores, estimula mecanicamente o funcionamento do cérebro.

BARREIRO, Ana Clara Caielli. **Até uma corrida lenta pode gerar benefícios para o**

cérebro, diz estudo. Superinteressante, 28 set. 2026. Saúde. Disponível em: https://super.abril.com.br/saude/ate-uma-corrida-lenta-pode-gerar-beneficios-para-o-cerebro-diz-estudo/. Acesso em: 13 out. 2026.

01. Considerando as ideias principais e secundárias do texto, assinale a alternativa **INCORRETA:**

a) O texto informa que a ciência já sabia que a corrida beneficia a saúde mental, mas ainda não tinha clareza sobre a intensidade necessária para gerar tais benefícios.

b) O estudo japonês contou com 24 participantes que foram submetidos a uma sessão de 10 minutos de corrida lenta na esteira, com batimentos cardíacos entre 104 e 107 por minuto.

c) Os participantes relataram melhora no humor e maior sensação de prazer após a corrida, o que foi confirmado pela análise dos dados coletados.

d) O texto afirma que os benefícios cerebrais da corrida lenta já estão totalmente explicados pela ciência, sendo o movimento da cabeça a única causa comprovada das melhorias cognitivas.

02. Releia o trecho:

"O que ainda não estava claro para a ciência, porém, era quão rápido a corrida deveria ser para que essas mudanças mentais pudessem ser percebidas."

Sobre os aspectos morfossintáticos e semânticos desse trecho, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

I. ( ) O termo "porém" é uma conjunção coordenativa adversativa que estabelece relação de oposição com a ideia anterior.

II. ( ) A oração "quão rápido a corrida deveria ser" exerce função de sujeito do verbo "era".

III. ( ) O verbo "deveria" está flexionado no futuro do pretérito do indicativo, indicando uma projeção de necessidade no passado.

IV. ( ) A expressão "para que" introduz uma oração subordinada adverbial final, indicando propósito.

A sequência correta é:

a) V – F – V – V

b) V – V – F – V

c) F – V – V – F

d) V – F – F – V

03. No trecho:

"Após a corrida, o aparelho identificou uma maior ativação em áreas do córtex pré-frontal esquerdo, região do cérebro importante para o humor e a cognição."

Sobre a pontuação e as relações de sentido desse período, é **correto** afirmar que:

a) A vírgula após "esquerdo" separa uma oração coordenada explicativa, que poderia ser substituída por ponto e vírgula sem prejuízo de sentido.

b) O termo "região do cérebro importante para o humor e a cognição" é um aposto

explicativo, que detalha o antecedente "córtex pré-frontal esquerdo".

c) A vírgula após "corrida" é obrigatória, pois separa adjunto adverbial de tempo de longa extensão.

d) A expressão "para o humor e a cognição" funciona como objeto indireto de "importante", sendo obrigatória a preposição "para".

04. Releia o período:

"Além de gerar benefícios para a saúde física, estudos já mostraram que correr também é positivo para a saúde mental, melhorando aspectos como o humor e a cognição."

Sobre os recursos de coesão e coerência textuais, assinale a alternativa CORRETA:

a) A expressão "Além de" introduz uma ideia de conclusão, indicando que o texto anterior será resumido.

b) O termo "também" reforça a ideia de adição, estabelecendo relação de acréscimo entre a saúde física e a mental.

c) A forma verbal "melhorando" introduz uma oração coordenada sindética aditiva, equivalente a "e melhora".

d) O termo "que" em "mostraram que" é um pronome relativo que retoma "estudos", exercendo função de sujeito.

05. Leia os dois trechos a seguir, retirados e adaptados do texto:

Trecho I: *"Além de gerar benefícios para a saúde física, correr também é positivo para a saúde mental."*

Trecho II: *"Os participantes correram de 3 a 6 quilômetros por hora."*

Sobre o uso da crase nesses trechos, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em *"para a saúde física"*, deveria haver crase, pois "saúde" é substantivo feminino.

b) Em *"de 3 a 6 quilômetros por hora"*, não há crase porque "quilômetros" é palavra masculina.

c) Em *"para a saúde mental"*, o "a" é artigo definido feminino, pois a preposição "para" não se funde com artigo feminino.

d) Em *"de 3 a 6 quilômetros"*, há crase obrigatória, pois se trata de locução adverbial de quantidade.

MATEMÁTICA

6. Sobre os conjuntos numéricos e suas relações de inclusão, é correto afirmar que:

a) Todo número inteiro é natural.

b) Todo número racional é inteiro.

c) Todo número irracional é racional.

d) Todo número natural é racional.

7. Um terreno retangular possui 25 metros de comprimento e 12 metros de largura. Qual é a área total desse terreno, em metros quadrados?

a) 300 m²

b) 37 m²

c) 74 m²

d) 150 m²

8. As notas obtidas por um aluno em cinco avaliações foram: 6, 7, 8, 9 e 10. Qual é a média aritmética simples dessas notas?

a) 7,0

b) 7,5

c) 8,0

d) 8,5

9. Analise as afirmativas sobre funções e assinale V (verdadeira) ou F (falsa):

I. A função f(x) = 2x + 1 é crescente.

II. A função f(x) = x^2 - 4x + 3 tem concavidade voltada para baixo.

III. A função f(x) = 2^x é sempre positiva para qualquer valor real de x.

IV. A função f(x) = log x está definida para todo x ≤ 0.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V, V, F, F

b) V, F, V, F

c) F, V, F, V

d) V, F, F, V

10. Sobre juros simples e juros compostos, qual afirmativa está correta?

a) No regime de juros simples, os juros de cada período incidem sobre o montante acumulado.

b) No regime de juros compostos, os juros incidem apenas sobre o capital inicial.

c) Os regimes de juros simples e compostos produzem sempre o mesmo montante final.

d) No regime de juros compostos, os juros de cada período são incorporados ao capital para o cálculo dos juros do período seguinte.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Segundo dados do IBGE, a população do Brasil no Censo 2022 era de aproximadamente:

a) 100 milhões.

b) 203 milhões.

c) 250 milhões.

d) 300 milhões.

12. Sobre a densidade demográfica de São Domingos, é correto afirmar que:

a) É superior à densidade média de SC.

b) É igual à densidade de Florianópolis.

c) É inferior à densidade média de SC.

d) Não foi calculada pelo IBGE.

13. O IBGE classifica a população catarinense como predominantemente:

a) Rural.

b) Urbana.

c) Indígena.

d) Sem dados.

14. Sobre o IDHM de São Domingos (0,765), é correto afirmar que é classificado como:

a) Muito baixo.

b) Baixo.

c) Médio.

d) Alto ou muito alto.

15. Sobre a economia de São Domingos, o PIB per capita de R$ 58,1 mil indica que:

a) O município tem economia relevante e diversificada em sua região.

b) O município é pobre.

c) O município não tem PIB calculado.

d) O município é o mais rico do Brasil.

16. Sobre os dados do Censo 2010 de São Domingos, a proporção de 66,52% urbana e 33,48% rural indica:

a) Predominância rural.

b) Predominância urbana.

c) Equilíbrio perfeito.

d) Nenhum dado relevante.

17. Sobre os dados populacionais de São Domingos (Censo 2022: 9.226 hab.), é correto afirmar que:

a) É a maior cidade do Oeste catarinense.

b) É a capital do estado.

c) É um município de pequeno porte, compatível com sua extensão territorial de 367,5 km².

d) Não possui dados do IBGE.

18. Analise as afirmativas sobre os indicadores de São Domingos e assinale V (verdadeira) ou F (falsa):

I. São Domingos tem população de 9.226 habitantes (Censo 2022).

II. A área territorial é de 367,525 km².

III. O IDHM é de 0,900.

IV. O PIB per capita é de cerca de R$ 58,1 mil.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V, V, F, V.

b) V, F, V, F.

c) F, V, V, F.

d) V, V, V, F.

19. Analise as afirmativas sobre indicadores de SC e assinale V (verdadeira) ou F (falsa):

I. A população estimada de SC em 2025 é de cerca de 8,2 milhões.

II. A densidade demográfica do estado é de 79,50 hab/km².

III. O IDH de SC é de 0,500.

IV. A área territorial do estado é de aproximadamente 95.736,1 km².

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V, V, F, V.

b) V, F, V, F.

c) F, V, V, F.

d) V, V, V, F.

20. Sobre os indicadores oficiais de São Domingos (SC), qual afirmativa está correta?

a) O município tem população de 9.226 habitantes (Censo 2022), área de 367,5 km², IDHM de 0,765 e PIB per capita de R$ 58,1 mil, segundo o IBGE.

b) O município não possui dados no IBGE.

c) A população é superior a 100 mil habitantes.

d) A área é superior a 10.000 km².

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Nos termos da Constituição Federal, compete aos Municípios instituir impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana; transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia; e serviços de qualquer natureza não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

b) propriedade territorial rural; transmissão inter vivos de bens imóveis; e serviços de qualquer natureza não compreendidos no art. 155, II.

c) propriedade predial e territorial urbana; transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; e serviços de qualquer natureza.

d) propriedade predial e territorial urbana; propriedade de veículos automotores; e transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis.

22. Um contribuinte recolheu tributo municipal seguindo instrução normativa expedida pela Secretaria de Fazenda. Posteriormente, a administração concluiu que o ato contrariava a lei e exigiu a diferença do tributo. Segundo o Código Tributário Nacional, nessa situação o contribuinte:

a) fica desobrigado do pagamento da diferença, pois agiu de boa-fé conforme norma complementar.

b) deve pagar a diferença acrescida de juros de mora, ficando excluída apenas a multa.

c) deve pagar a diferença do tributo, ficando excluídas a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo.

d) deve pagar a diferença com multa reduzida à metade, em razão da observância da norma complementar.

23. Julgue as afirmativas sobre a obrigação tributária, conforme o Código Tributário Nacional, e assinale a sequência correta (V para verdadeiro, F para falso):

I. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

III. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

IV. A obrigação acessória somente pode ser instituída por lei em sentido estrito, sendo vedada sua previsão em decreto ou norma complementar.

a) V, F, V, F
b) V, V, V, F
c) V, V, F, F
d) F, V, V, V

24. Uma prestadora de serviços apura o ISS, declara-o ao fisco e efetua o pagamento antecipado, sem prévio exame da autoridade administrativa. Não há indício de dolo, fraude ou simulação. Quanto à modalidade de lançamento e ao prazo para sua homologação, é correto afirmar que se trata de lançamento:
a) por declaração, com prazo de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte ao da entrega da declaração.
b) de ofício, com prazo de cinco anos contado da data do pagamento antecipado.
c) por homologação, com prazo de cinco anos contado da data da entrega da declaração.
d) por homologação, considerando-se homologado tacitamente se a Fazenda não se pronunciar em cinco anos contados da ocorrência do fato gerador.

25. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a afirmativa correta:
a) a suspensão da exigibilidade dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
b) a consignação em pagamento julgada procedente é hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito.
c) o parcelamento e o depósito do montante integral suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
d) a remissão é causa de suspensão da exigibilidade, pois o crédito pode ser restabelecido.

26. Contrato de locação de imóvel urbano estabelece que o locatário pagará o IPTU. Diante do inadimplemento, o Município notifica o proprietário para pagamento. Segundo o Código Tributário Nacional:
a) o proprietário permanece sujeito passivo, pois, salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo.
b) o locatário passa à condição de contribuinte, pois assumiu contratualmente o encargo do imposto.
c) o locatário torna-se responsável solidário automaticamente, por força do contrato registrado.
d) o Município deve cobrar primeiro o locatário e, somente após sua insolvência, o proprietário.

27. Em relação à anistia, como modalidade de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar que ela:
a) extingue o crédito tributário relativo ao tributo e às penalidades a ele vinculadas.

b) alcança infrações praticadas após a vigência da lei que a concede, desde que nela expressamente previstas.
c) dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
d) abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação.

28. Acerca da decadência e da prescrição em matéria tributária, assinale a afirmativa correta:
a) a prescrição da ação de cobrança interrompe-se somente pela citação pessoal do devedor na execução fiscal.
b) a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
c) a decadência e a prescrição são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
d) o direito de constituir o crédito extingue-se em cinco anos contados do fato gerador em qualquer hipótese de lançamento de ofício.

29. De acordo com o Código Tributário Nacional, o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
a) impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos no art. 149 do CTN.
b) qualquer modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade, inclusive quanto a fato gerador ocorrido antes da modificação.
c) revisão de ofício a qualquer tempo, ainda que já extinto o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito.
d) decisão judicial transitada em julgado, exclusivamente.

30. Julgue as afirmativas sobre fiscalização tributária, conforme o Código Tributário Nacional, e assinale a sequência correta:
I. A legislação que regula a fiscalização aplica-se também às pessoas que gozem de imunidade ou de isenção de caráter pessoal.
II. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados devem ser conservados pelo prazo de cinco anos contados da data da escrituração.
III. A autoridade que proceder a diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para documentar o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para sua conclusão.
IV. Admite-se a aplicação de disposições legais limitativas do direito de examinar mercadorias, livros e documentos dos comerciantes, desde que previstas em lei municipal.

a) V, V, V, F
b) F, F, V, V
c) V, F, V, F
d) V, F, F, F

31. Sobre a Dívida Ativa tributária, assinale a alternativa correta:
a) a fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito inscrito em Dívida Ativa.
b) a presunção de certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita é absoluta, não admitindo prova em contrário.
c) a certidão de Dívida Ativa nula pode ser substituída a qualquer tempo, inclusive para modificar o sujeito passivo da execução.
d) a presunção de certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

32. Uma empresa prestou serviço sujeito ao ISS pelo preço de R$ 36.000,00. A lei municipal fixa alíquota de 3,5% para esse serviço. Considerando a Lei Complementar nº 116/2003, o valor do ISS devido e os limites legais de alíquota são, respectivamente:
a) R$ 1.260,00; alíquota mínima de 1% e máxima de 5%.
b) R$ 1.260,00; alíquota mínima de 2% e máxima de 5%.
c) R$ 1.080,00; alíquota mínima de 2% e máxima de 5%.
d) R$ 1.260,00; alíquota mínima de 2% e máxima de 10%.

33. Sobre infrações tributárias, denúncia espontânea e crimes contra a ordem tributária, assinale a afirmativa correta:
a) a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende, em regra, da comprovação da intenção do agente.
b) considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início da fiscalização, desde que antes da lavratura do auto de infração.
c) não se tipifica crime material contra a ordem tributária previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
d) o benefício da denúncia espontânea aplica-se ao tributo sujeito a lançamento por homologação regularmente declarado, mas pago a destempo.

34. Imóvel pertencente a instituição de assistência social sem fins lucrativos, que atende aos requisitos da lei, está alugado a terceiros. Quanto ao IPTU, segundo a jurisprudência vinculante do STF, o imóvel:
a) permanece imune, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a entidade foi constituída.
b) perde a imunidade, pois passa a ser explorado economicamente.
c) fica sujeito ao imposto, salvo se houver lei municipal concedendo isenção específica.

d) somente permanece imune se locado a outro ente público.

35. Julgue as afirmativas sobre isenções e benefícios fiscais e assinale a sequência correta:

I. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

II. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

III. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo.

IV. A concessão de benefício tributário da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

a) V, F, V, F

b) V, F, V, V

c) F, F, V, V

d) V, V, F, V

36. Acerca do processo administrativo fiscal, assinale a alternativa correta:

a) a lei municipal pode condicionar a admissibilidade do recurso administrativo ao depósito prévio de 30% do valor exigido.

b) a impugnação administrativa não suspende a exigibilidade do crédito, que somente se suspende por decisão judicial.

c) os juros de mora incidem normalmente na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

d) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, suspendem a exigibilidade do crédito, sendo inconstitucional a exigência de depósito prévio para admissibilidade do recurso.

37. Quanto aos cadastros fiscais e ao compartilhamento de informações entre administrações tributárias, a Constituição Federal estabelece que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) são atividades essenciais ao funcionamento do Estado, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

b) podem compartilhar cadastros apenas entre União e Estados, sendo vedada a participação dos Municípios.

c) somente podem permutar informações fiscais mediante autorização judicial prévia em cada caso concreto.

d) atuarão de forma independente e sigilosa, sendo vedado o compartilhamento de cadastros com outros entes federados.

38. Sobre sigilo fiscal e proteção de dados na Administração Tributária, assinale a afirmativa correta:

a) é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

b) o servidor pode fornecer dados fiscais a qualquer autoridade administrativa que os solicite, independentemente de processo administrativo instaurado.

c) a Lei Geral de Proteção de Dados veda o tratamento de dados pessoais pelo poder público sem consentimento expresso do titular.

d) não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa e parcelamento ou moratória.

39. Julgue as afirmativas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e assinale a sequência correta:

I. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente.

II. O ente que não instituir todos os impostos de sua competência fica impedido de receber transferências constitucionais obrigatórias.

III. As previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos e da projeção para os três seguintes.

IV. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas pelo Poder Executivo em metas bimestrais de arrecadação.

a) V, F, V, V

b) F, F, V, V

c) V, F, F, V

d) V, V, F, F

40. Imóvel urbano tem valor venal de R$ 200.000,00 e alíquota de IPTU de 1%. Decreto municipal atualizou a base de cálculo em 10%, enquanto o índice oficial de correção monetária do período foi de 4%. Considerando o CTN e a jurisprudência do STJ, o IPTU validamente exigível sem nova lei é de:

a) R$ 2.200,00, pois a atualização da base de cálculo por decreto não constitui majoração de tributo em qualquer percentual.

b) R$ 2.080,00, pois o decreto só pode atualizar a base até o índice oficial de correção monetária; acima disso, exige-se lei.

c) R$ 2.000,00, pois qualquer atualização da base de cálculo exige lei em sentido estrito.

d) R$ 2.120,00, pois apenas a parcela que excede o índice oficial pode ser fixada por decreto.

RASCUNHO PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO

01		21	
02		22	
03		23	
04		24	
05		25	
06		26	
07		27	
08		28	
09		29	
10		30	
11		31	
12		32	
13		33	
14		34	
15		35	
16		36	
17		37	
18		38	
19		39	
20		40	